

Lucileide Costa Cardoso*

Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil

R E S U M O

Os diferentes graus de engajamento político em organizações e partidos de esquerda determinaram caminhos diferentes com relação à opção pela produção do conhecimento histórico. Defensores de uma historiografia engajada com os conflitos e tensões do seu tempo, os estudiosos aqui destacados analisaram com rigor o golpe de 1964 e seus desdobramentos, buscando ultrapassar os limites dos documentos oficiais. O recorte está direcionado para a problemática das esquerdas armadas e de suas relações com a sociedade e o Estado. A obra de Jacob Gorender - *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 1987, o livro de Daniel Aarão Reis Filho, *A Revolução faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*, 1989 e a do sociólogo Marcelo Ridenti, *O Fantasma da Revolução Brasileira*, 1993, entre outras publicações e artigos, permitem o enquadramento do discurso historiográfico como território de memória. Tal produção pode ser caracterizada pela hiperpolíticação do debate, envolvendo paixões e engajamentos, visíveis na arte de discutir bem, de realizar julgamentos rápidos, finalizados com argumentos contundentes. Os seus escritos passaram a incomodar tanto os defensores mais diretos da ditadura, como os opositores mais moderados, especialmente pela coragem na abordagem do tema da violência política, envolvendo projetos de revolução e de resistência. Episódios hoje, relegados ao esquecimento, favorecendo a valorização da luta democrática como memória hegemônica e pacificadora desse passado.

Palavras-chave: Historiografia, Revolução, Resistência, Democracia.

A B S T R A C T

The different degrees of political involvement in organizations and left-wing parties determined different paths concerning to the option for the production of historical knowledge. Proponents of a historiography engaged with the conflicts and tensions of its time, the scholars featured here, rigorously analyzed the 1964 coup and its aftermaths, seeking to go beyond the limits of official documents. The clip is directed to the problem of armed leftists and their relationship with society and the state. The work of Jacob Gorender - *Fighting in the Darkness. The Brazilian Left: from the lost illusions to armed struggle*, 1987, the book of Daniel Aarão Reis Filho - *The Revolution Missed the Meeting: The Communists in Brazil*, 1989 and the one by the sociologist Marcelo Ridenti, *The Phantom of the Brazilian Revolution*, 1993, among other publications and articles allow the framing of historiographical discourse as a territory of memory. This production can be characterized by the hyperpoliticization of the debate, involving passions and commitments, visible in the art of arguing well, to make rapid judgments, finished with blunt arguments. The writings began to annoy both the most outspoken dictatorship advocates as the most moderate opponents, especially due to the courage in addressing the issue of political violence, involving projects of revolution and resistance. Episodes today, relegated to oblivion, favoring the valuation of democratic struggle as a hegemonic and peacemaker memory of that past.

Keywords: Historiography, Revolution, Resistance, Democracy

* Doutora em História Social pela USP. Professora Associada do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Líder do Grupo de Pesquisa *Memórias, Ditaduras e Contemporaneidades*, UFBA/CNPq.

A intenção do texto é discutir os primeiros intérpretes da atuação da esquerda armada durante a vigência da ditadura militar no Brasil. Críticas, convergências e divergências sustentam uma interlocução entre eles, mesclando o testemunho com análises acadêmicas. Trata-se dos escritos de Jacob Gorender, 1987, Daniel Aarão Reis Filho, 1989 e Marcelo Ridenti, 1993, sobre o sentido da Revolução naquele contexto histórico. Os respectivos autores estabeleceram um debate sobre a caracterização ao não da resistência como fenômeno democrático e sugerem balizas e novos recortes historiográficos no contexto dos finais dos anos oitenta e início dos anos noventa do século passado.

Defendemos o argumento de que produziram reflexões polemistas ainda hoje não superadas por estudiosos dedicados a entender o caráter da resistência à ditadura. Críticas e autocríticas aos seus escritos permanecem como cerne do debate historiográfico, tensionado por complexas relações entre política, memória e história, reveladores de posições ideológicas dos que estiveram sempre comprometidos em denunciar o arbítrio e o terror do Estado brasileiro.

Essa produção serve de contraponto a uma memória cristalizada, por vezes mistificada entre aqueles que se engajaram na luta contra o regime, seja pelo enfrentamento armado, seja por vias institucionais. Tal memória nos impede de enxergar uma série de comportamentos diversos, reveladores de práticas violentas e de dificuldades de lidar com a questão da democracia.

Questões complexas sobre a produção dos discursos memorialísticos e historiográficos sobre a ditadura permanecem em aberto e exigem revisões. O problema ainda é entendermos quando devemos tomar a historiografia sobre a ditadura também como território de memória. Em algumas obras misturam-se a testemunha e o historiador, o que viu e o que deve desconfiar do que viu, aqui definida como historiografia engajada e polemista. A noção de engajamento compromete o narrador no seu modo particular de julgar a época em que se viveu, criando visões questionadoras e passionais sobre o passado que tomam o presente. Por vezes, não se viveu diretamente o período, mas a proximidade e convivência com os escritos e relatos de sobreviventes, propiciam uma memória emprestada, partilhada, comprometida com o sentimento de pertencimento daqueles que assumiram um dos lados da história.

Os nossos estudiosos estão situados nesse limiar entre a história e a memória da ditadura, produzindo discursos marcados por contendas e múltiplas reflexões sobre o Golpe de 1964. Novos desafios ocasionados aos grupos e partidos revolucionários que tomaram a frente no combate ao regime militar constituem a matéria narrativa, seja pelo viés de criações heroicas ou autocríticas, marcada por cicatrizes, divergências e esquecimentos. Contudo, resta saber se o discurso historiográfico avança com relação à memória, devendo entender, mas do que lembrar, sem que isso implique em desconsiderar a dimensão da lembrança na elaboração de uma determinada memória histórica¹.

Diante de tais inquietações passamos a demonstrar como cada um construiu interpretações e julgamentos sobre a experiência dos grupos da esquerda armada, indicando que existe entre eles uma interlocução merecedora de um estudo acurado. O esforço de síntese consiste em expor os argumentos centrais que provocam o debate, talvez pouco compreensível para aqueles que insistem em tomar a experiência da luta armada na perspectiva apenas da derrota. Portadores do sonho do socialismo, os militantes da esquerda armada apresentaram sérias dificuldades de pensar a questão da democracia como valor universal, optando pelo caminho incerto da violência armada.

¹ Beatriz Sarlo. TEMPO PASSADO: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo. CIA das Letras, Belo Horizonte, UFMG, 2007, 22.

Sentido da Violência: Jacob Gorender

Intelectual de formação ampla, Jacob Gorender apresentou ao longo de sua existência um compromisso que não pode ser reduzido ao campo da prática historiográfica.² A vocação para o jornalismo, matriz fundamental para compreensão da sua prática militante, esteve acompanhado de uma atuação no setor da Educação. O empenho e dedicação à pesquisa conformam a formação de historiador, mediados pelo sentido pedagógico de suas ações. Em entrevista, declarou-se um intelectual que se afastou da militância prática, optando por continuar produzindo reflexões teóricas e históricas no campo do marxismo. Desse modo, o aporte maior para compreensão do seu pensamento é o percurso intelectual, mas do que a militância política, pois sempre considerou essa atividade, embora mediada pela política, independente e justificada pelos seus próprios méritos.

Nos seus escritos sobre a ditadura, dedicou-se a analisar o comportamento das esquerdas, enfatizando as crises internas do PCB no período pré e pós-64. Além de *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, com a primeira edição lançada em 1987, entrevistas e artigos publicados em livros, revistas e jornais; depoimentos em áudio ou vídeo evidenciam o caminho seguido pelo historiador em defesa da luta das esquerdas para por fim a ditadura no Brasil. Seguindo o propósito inicial desse artigo de tomar a historiografia sobre a luta armada como lugar de memória, podemos afirmar que o livro *Combate nas Trevas* é o exemplo clássico da mescla entre o testemunho e análise profunda de dados pesquisados em arquivos, até então considerados inéditos.

O conteúdo memorialístico adquire teor autobiográfico e provocativo, mediado por várias entrevistas realizadas com protagonistas das organizações da esquerda armada. O autor, em suas páginas iniciais, alerta o leitor de que o livro possui certo “coeficiente memorialístico”, embora contribua com o pioneirismo de quem dissecou parte dos documentos de natureza repressiva, oriundos da Justiça Militar.³ Dedicou o livro ao amigo, Mário Alves, preso e barbaramente torturado até a morte pelos inescrupulosos homens dos “porões”. Mário intermediou sua filiação ao PCB, configurando o cumprimento de tarefas práticas e intelectuais durante trinta anos. A narrativa segue o seu curso, deixando transparecer paixões, entregas e inquietações, provocando reflexões entre os sobreviventes, estudiosos do tema e curiosos em geral.

Um dos pontos fortes de sua análise é a crítica e a maneira como caracteriza o “terrorismo de direita” e “terrorismo de esquerda”, que, de modos diferentes, empregaram estratégias violentas para tomada do poder. O emprego do termo “terrorismo” para ambos os lados antecipa a batalha de memórias, repercutindo entre os leitores que produziram resenhas e comentários diversos criticando o uso de um termo empregado pela repressão para desmoralizar o movimento da esquerda armada. Outro ponto problemático de sua interpretação refere-se à realização de várias entrevistas com militantes das organizações armadas que são tomadas como valor de verdade, o que exigiria uma reflexão mais apurada sobre a temporalidade da fonte memorialística e suas

² Militante de sólida formação intelectual, ex-dirigente do PCB e fundador do PCBR em 1968, Gorender publicou diversos artigos e livros tendo como pressuposto o materialismo histórico e dialético ao analisar vários aspectos da história brasileira em momentos distintos. Apresenta uma produção historiográfica conhecida dentro e fora da comunidade acadêmica, principalmente pelos seus livros *O Escravismo Colonial*, 1978 e *Combate nas Trevas*, 1987. Em 1999, recebeu o troféu Juca Pato, prêmio de intelectual do ano, pela União Brasileira de Escritores. Além de historiador, atuou vários anos como jornalista e tradutor, escrevendo principalmente em órgãos de esquerda. Faleceu em 11 de junho de 2012, aos 90 anos, deixando um livro inacabado sobre o Governo Lula.

³ O autor contou com o apoio de Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo que lhe facultou o acesso aos documentos do “Projeto Brasil Nunca Mais”, pois na década de oitenta, o acervo BNM ainda não estava disponível para consulta pública. No prefácio do livro, define o conceito de esquerda com referência ao “movimento de ideias endereçadas ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes” Jacob Gorender. *Combate nas Trevas*, 1987, 7.

implicações e usos destinados à recuperação do passado ditatorial.

Sobre o tema da violência, afirma que a ditadura militar instaurou no país uma violência “ampliada” e “exibicionista”, comprometendo inclusive a imagem profissional das Forças Armadas em operações de caráter policial e na aplicação de métodos de tortura. O relato da tortura ultrapassa o campo da racionalidade própria do pensamento e convida o leitor a mergulhar em sua dor, em seu sofrimento pessoal, cujo ápice é a tentativa de suicídio, logo impedida pelos seus algozes. O tom imperativo da experiência na primeira pessoa ao descrever as sevícias a que foi submetido não o impedem de defender a refinada tese de “rotinização” do emprego da tortura no Brasil. Esta, de responsabilidade exclusiva dos órgãos pertencentes ao quadro legal das instituições militares, não foi extraordinária, ocasional, mas sim aplicada de forma sistemática, devendo ser caracterizada por duas fases: a primeira, utilizando-se de métodos brutais para obtenção da confissão a qualquer custo; a segunda, empregando procedimentos e técnicas mais sofisticadas, compondo redes internacionais de repressão. Os brasileiros desenvolveram métodos próprios e buscaram aperfeiçoar outras técnicas com oficiais de outros países, notadamente os Estados Unidos. O objetivo era alargar o círculo de informações, completando fichários e estabelecendo regras de interrogatórios cada vez mais eficazes.

O autor discorre sobre os atentados de direita, estabelecendo um recorte cronológico que se inicia em 1964, atingindo o seu pico em 1968. A partir de 1969, regridem um pouco para desaparecerem totalmente entre 1971 e 1975, quando a ditadura se institucionaliza. Com isso, a atuação desses grupos paramilitares tornou-se desnecessária, porque o terrorismo de direita se oficializou: “Tornou-se terrorismo de Estado, diretamente praticado pelas organizações militares institucionais”⁴. Em reação ao AI-5, temos a imersão de várias organizações na luta armada, estabelecendo a prática dos assaltos, sequestros, justiçamentos. Apostaram em movimentos de guerrilhas urbanas e rurais, capazes de instaurar o processo revolucionário e por fim a ditadura. Enfim, instituíram formas de violências com mais erros do que acertos, justificadas por Gorender como práticas também terroristas.

Ao estabelecer essa comparação, o autor não caiu na armadilha da propaganda ideológica do chamado “milagre brasileiro” ao divulgar imagens de “terroristas de esquerda” e das ações espetaculares de captura, reação e morte dos agentes da repressão no combate aos “bandidos”, denominando assim só os de esquerda. Em contrapartida, o que acontecia nas câmaras de tortura dos diversos órgãos policiais sofria censura ou era encoberto pela “cultura do silêncio”. De acordo com ele, a população passou a ter medo em discutir tais assuntos ou, simplesmente, passaram a ignorar as barbaridades cometidas nos “porões” por falta de informação ou por indiferença.

Os dirigentes das organizações de esquerda, afundados na clandestinidade, conviveram com dificuldades econômicas e ficaram vulneráveis ao cerco repressivo, assim cometendo o erro de acreditar que a justeza de sua causa, a audácia dos seus feitos e divulgações de suas ações lhes garantiria o apoio das massas oprimidas. A realidade era bem outra, perderam muitos militantes e simpatizantes que se sentiam acuados por falta de aptidões pessoais ou disposição ideológica para assumir a luta armada. Perderam também a base social das suas organizações, discordantes da estratégia da violência revolucionária e, isolados, só lhes restaram atuarem sem base social, mantendo seu perfil vanguardista e sectário. O resultado foram prisões, torturas, assassinatos.

Narra vários episódios ocorridos durante a experiência da guerrilha urbana e rural para justificar seu argumento de que a esquerda não foi vítima passiva da ditadura, seus erros e acertos nesse período devem ser analisados pela lente crítica da história, cuja função é desmitificar o culto aos heróis, facilmente assimilável pela memória coletiva, que busca esquecer os tropeços e

⁴ Jacob Gorender, *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 1987, 152.

somente reverência a “firmeza serena do mártir”⁵. Assim, Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Frei Tito são vistos por Gorender à luz de uma concepção de história crítica, distanciando-se de uma memória celebrativa, seja de direita ou de esquerda, que tende à consagração dos heróis.

O processo em curso era de liquidação terminal da esquerda armada urbana, marcando um período de autocrítica. Nesse contexto de refluxo das ações armadas nas cidades, Gorender destaca a Guerrilha do Araguaia⁶, cuja história foi abafada pelos governos militares, que não produziram documentação oficial sobre as campanhas efetivadas na região, bem como proibiu qualquer divulgação de informações por parte da imprensa sobre aquela experiência. Só a partir de 1978 alguns episódios da guerrilha são revelados, compreendendo o paradoxo da crença no modelo maoísta, mas na prática reproduzindo o modelo foquista castro-guevarista. A luta foi iniciada sem nenhum trabalho político prévio e o partido manteve um núcleo guerrilheiro com autonomia de comando.

Na tentativa de compreender a violência colocada em curso por organizações da esquerda armada, sugere que a opção pela luta armada teve um efeito retardado de resistência que, na verdade, deveria ter ocorrido nos momentos iniciais do golpe de abril: “Em condições desfavoráveis, cada vez mais distanciada da classe operária, do campesinato e das camadas médias urbanas, a esquerda radical não podia deixar de adotar a concepção da violência incondicionada, para justificar a luta armada imediata. A esquerda brasileira se motivou em suas próprias razões e as reforçou com ideias de impacto internacional nos anos 60. Nas circunstâncias da época, a concepção da violência incondicionada se traduziu praticamente em foquismo e terrorismo”⁷. Considera que as organizações de esquerda cometeram um equívoco teórico, pois partiram do princípio da violência incondicionada. Ou seja, a violência empregada nos anos sessenta não foi à revolucionária, recurso justificável em condições favoráveis e condicionadas pelos fatores históricos. Momento em que as classes sociais são responsáveis por empregar a violência revolucionária, e não vanguardas e seitas isoladas: “A consequência só podia ser a derrota”. A vanguarda e a juventude nos anos sessenta vivenciaram uma “psicologia do revanchismo romântico”⁸. Diante da vitória impiedosa da repressão, prevaleceu o romantismo revolucionário inebriado pelo contexto mundial dos movimentos, revoluções e guerras a partir de 1968. Praticaram assaltos a bancos, atentados à bomba, sequestros de diplomatas, matança de vigilantes, policiais e elementos das Forças Armadas, justicamentos de inimigos e guerrilha urbana e rural.

A esquerda deve assumir a violência que praticou se quiser ser coerente com sua história. Porém, as duas violências não se equivalem com a argumentação de que ambas as partes cometeram os mesmos erros e de que as culpas se compensam. Ou no jargão militar, “guerra é guerra”, justificando as atrocidades praticadas. Gorender acredita que as duas violências não podem ser julgadas pelo mesmo critério: “A violência original é a do opressor, porque inexistente

⁵ *Ibidem*, 250.

⁶ Inicialmente, contou com uma base fixada na região do Pará em 1967, organizada por militantes treinados em guerrilha na China. Demonstraram notável estrutura organizativa e a direção do PC do B, de linha maoísta, paulatinamente, foram introduzindo mais militantes na região, no total de 69, assumindo atividades de lavradores, negociantes e atuando em práticas assistenciais nas áreas de ensino e saúde. Em 1972, a luta foi deflagrada por iniciativa do Exército, contudo os guerrilheiros obtiveram duas vitórias consecutivas, desafiando e desmoralizando o governo. Em 1973 inicia-se a terceira investida contra a guerrilha do Araguaia, mediando estratégias que aterrorizavam a população, como torturas e assassinatos de camponeses, com medidas assistencialistas. O governo criou um programa de Ação Cívico-Social (ACISO), incumbido de fornecer assistência médica e dentária à população carente, ao mesmo tempo em que obtinha mais informações do grupo guerrilheiro. Essa ação pioneira de combate à guerrilha rural foi comandada pelo general Hugo Abreu, chefe da Brigada de Paraquedistas que, no mês de outubro, período de chuva intensa na região, iniciou a investida que dizimou o grupo guerrilheiro. O último combatente, ferido de morte em abril de 1974 foi Oswaldo Orlando da Costa.

⁷ Jacob Gorender. *Combate nas Trevas*, 1987, 250.

⁸ Ricardo de Azevedo e Flamarion Maués. (Orgs). Entrevista com JACOB GORENDER IN Rememória: Entrevistas sobre o Brasil do século XX. SP, Fund. P. Abramo, 1997, 197.

opressão sem violência cotidiana incessante. A ditadura militar deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta”⁹.

Acredita que as forças de esquerda no Brasil deverão desenvolver, na ação prática e na elaboração teórica, uma concepção de socialismo coerente com a realidade do país e colado nas transformações mundiais. 1964 foi uma contrarrevolução, uma reação dos setores mais conservadores frente um golpe comunista, comandada por setores radicalizados da esquerda, acordados com Goulart e Brizola. Em *Combate nas Trevas*, essa posição é destacada pelo autor no seguinte trecho: “Segundo penso, o período 1960-1964 marca o ponto mais alta das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora. O auge da luta de classes, em que se põe em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito a propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contrarrevolucionário preventivo. A Classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir ante que o caldo entornasse”¹⁰. Mas de forma muito mais contundente, uma década após a publicação do livro, defendeu o argumento de que havia um plano ou projeto golpista de Jango em curso, com apoio da cúpula do PCB, e que o golpe de direita veio como reação: “(...) a partir de novembro de 1963, Goulart deu uma guinada e passou a se entender com as forças de esquerda, com o PCB em particular, germinando também uma ideia golpista. Esta inspiração golpista está visível nos documentos que temos à disposição. Jango se preparava francamente para o que se chama de continuísmo. Luís Carlos Prestes declarou, numa entrevista à televisão, em janeiro de 1964, que a Constituição deveria ser reformada para possibilitar a reeleição do presidente. Era um convite aberto ao golpe, neste caso já com motivação esquerdista aparente”¹¹.

Entre os fatores do fracasso das esquerdas em 64, destaca a liderança nacionalista burguesa, falta de coesão entre as várias correntes de esquerda, competição entre chefias personalistas, insuficiência de organização. Enfim, as “ilusões reboquistas” e as “incontinências históricas”. Uma derrota desmoralizante com a desativação da operação Brother Sam no Caribe: “Os generais triunfantes proclamaram que o Ocidente ganhou no Brasil formidável vitória a baixíssimo custo”¹².

O livro, misto de reportagem e pesquisa acadêmica, apresenta aspectos polêmicos, tais como: a dura avaliação sobre a militância do líder comunista Luiz Carlos Prestes, a discordância da versão de Frei Betto sobre a morte de Carlos Marighella e a exposição de casos de “justiçamentos”, no total de quatro, de guerrilheiros por seus próprios companheiros. Tais versões desagradaram profundamente determinados setores da esquerda, revelando, porém, a independência do historiador na pesquisa e análise dos fatos estudados. Vale ressaltar que em vários trechos do livro de Marcelo Ridenti, *O Fantasma da Revolução Brasileira*, publicado a posteriori, o sociólogo referenda e amplia essas interpretações, demonstrando apreço pela coragem de Gorender em apontar as imprecisões e falhas da esquerda. Em suma, o livro de Ridenti representa um reforço de memória e entendimento do legado historiográfico de Gorender.

O livro recepcionado no contexto de transição contribui imensamente para esclarecer a contenda entre “opressores” e “oprimidos”, analisando-os sob o prisma da violência. No entanto, o autor não raciocina com simplificações, buscando no interior de cada um dos grupos elementos

⁹ Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, 1987, 235.

¹⁰ *Ibidem*, 66-67.

¹¹ Jacob Gorender. “Era o golpe de 64 inevitável?”, in 1964: Visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo. Caio Navarro de Toledo (org.), Campinas, Ed. UNICAMP, 1997, 110.

¹² Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, 1987, 67.

divergentes e problemáticos que explicam os erros e acertos, especialmente daqueles que optaram pela luta armada. Os “erros” dos grupos armados são analisados por ele no bojo da dinâmica de uma conjuntura coercitiva que levou à sua desestruturação e ao seu desmantelamento. A tese de Gorender é do “protesto armado”, resistência contra a ditadura, embora parte da esquerda imaginasse estar realizando uma operação estratégica, revolucionária, que levaria ao socialismo.

Projetos de Revolução: Daniel Aarão Reis Filho

Daniel Aarão Reis Filho rememora através de livros, artigos e entrevistas, os diferentes projetos de revolução em confronto com a ditadura, demonstrando os seus equívocos e acertos.¹³ O recorte está direcionado para a problemática das organizações da esquerda armada e suas relações com a sociedade e o Estado. Os militantes não fizeram a resistência democrática à ditadura, lutaram por um projeto e acreditaram numa revolução mundial que, ao final, não aconteceu. O livro, *A Revolução Faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*, lançado em 1989, fruto de tese de doutoramento, exemplifica a fusão do discurso historiográfico com o memorialístico¹⁴.

Ao retornar do exílio em 1979, o historiador manteve os seus posicionamentos anteriores, refazendo o percurso da militância e combatendo pela memória versões que tendem a reconciliar-se com aqueles tempos, retirando-lhe o caráter revolucionário e de dramaticidade. Produziu uma série de livros, artigos, organizou coletâneas e concedeu entrevistas que atestam o seu permanente desejo em compreender o passado ditatorial. Continua bastante polêmico ao criticar uma determinada memória que, segundo ele próprio, busca a pacificação desse passado.

A vitória do golpe civil-militar foi uma experiência dolorosa e desagregadora, tornando imprescindível repensar os procedimentos, métodos de trabalho, a retórica e, sobretudo, as concepções sobre o Brasil e sobre a revolução brasileira. Tal inflexão política “cortou o nó górdio de uma correlação de forças aparentemente equilibrada. Instalou uma ditadura militar e reforçou a hegemonia do capital internacional no bloco do poder”¹⁵. O golpe contou com uma ampla composição de forças sociais e políticas, unindo-se o grande e médio capital. Também é inegável a ingerência do capital internacional, bancos e federações industriais e agrícolas com o apoio da maioria do Parlamento, do Judiciário, da Igreja e das classes médias.

Explica a trajetória das organizações comunistas no contexto do pré-golpe. O PCB entre 1961/1964 adotou a Declaração de Março de 1958 e as Resoluções do V Congresso em agosto de 1960 como documentos definidores de suas ações, principalmente a crença na burguesia nacional como força revolucionária, determinando o caminho pacífico para as transformações da sociedade. No caso da POLOP, o golpe de 64 adiou por mais alguns anos a perspectiva da missão histórica do proletariado, porém, seus quadros acertaram ao demonstrar a “inapetência revolucionária” da burguesia nacional. Apostaram no movimento revolucionário independente, sem a tutela das classes dominantes, intitulando-se partido revolucionário de vanguarda

¹³ Doutor em História pela Universidade de São Paulo em 1987, onde obteve o título com a tese *“As Organizações comunistas e a luta de classes no Brasil – 1961/1968”*, Daniel é professor titular de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense. Publicou vários trabalhos sobre a esquerda brasileira e a ditadura civil-militar. Em 1988, lançou o livro *1968 – A Paixão de uma utopia* com parceria de Pedro de Moraes, coletânea de entrevistas e ilustrações sobre o Movimento Estudantil e suas lideranças. Tal álbum de teor mais memorialístico do que analítico mereceu uma reedição dez anos depois. No ano 1997, lançou o livro *VERSÕES E FICCÕES: O Sequestro da História* e em 2000, temos a primeira edição de *Ditadura Militar, Esquerdas & Sociedade*.

¹⁴ Para José Jobson de Arruda, o livro de Daniel A Reis, representa um marco na historiografia sobre o regime militar, contribuindo com uma tese original sobre as organizações comunistas. A primeira edição foi lançada no momento em que muitos temas permaneciam em aberto, poucas lacunas eram preenchidas e os acervos quase não existiam. Somente nos últimos anos: “os historiadores despertam do encantamento e passam a enfrentar os complexos temas da história política nos anos de exceção”. ARRUDA, José Jobson de & TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia Luso-brasileira Contemporânea*. Bauru. SP EDUSC, 1999. P.98.

¹⁵ Daniel A. Reis Filho. *A Revolução Faltou ao Encontro. Os Comunistas no Brasil*, 1989, 22.

semelhante ao movimento revolucionário russo no começo do século XX. O PC do B, fundado em 1962, surgiu como uma segunda alternativa política ao PCB. Os embates teóricos envolvendo a cúpula do partido, responsável pelo “racha”, iniciaram-se entre 1956 e 1960. A POLOP e o PC do B sempre negaram o papel revolucionário da burguesia nacional, defendida pelo PCB, embora tenham apostado na inevitabilidade da revolução.

O problema é que a revolução não veio e o golpe militar vitorioso surpreendeu os militantes que amargaram a derrota: “A derrota surpreenderia em 1964. Um drama político. Depois de 1968, sem deixar de surpreender, a derrota massacraria, em forma de tragédia, os comunistas brasileiros”¹⁶. *A Revolução faltou ao encontro*, apresenta uma avaliação das razões da derrota das organizações comunistas no contexto da ditadura militar, considerando que as nossas vanguardas experimentaram o mesmo processo de outras vanguardas mundiais, especialmente Argélia, Cuba e Moçambique. Mas, lamentavelmente, não alcançaram a vitória sustentada por aquelas. As motivações que levaram à derrota das esquerdas em 1964 constituem o objeto central da pesquisa, entrecortadas com recordações da luta armada e do tempo do exílio. Por volta de 1970, a maioria da esquerda no exterior amargava a derrota, inventariando as suas principais “debilidades” e “desvios”, entre eles o primarismo teórico, desconhecimento da realidade nacional, fragilidade ideológica, submissão aos modelos revolucionários internacionais, presença maciça de uma pequena burguesia nos seus quadros militantes: “O desvendamento dos erros era implacável: só carências a remediar, lacunas a preencher”¹⁷.

Ademais, tais formulações ainda são insuficientes, tornando-se emergencial uma análise por dentro de tais organizações, ampliando ou corrigindo certezas de que a luta armada foi um erro e que, portanto, a derrota era iminente. A bem dizer, a crítica, a autocrítica da luta armada no plano interno só foi possível a posteriori, no contexto de transição, pois durante o processo de resistência e repressão foi preciso ter muito claro quem era amigo e quem era inimigo no combate a ditadura. Durante o exílio, os ex-militantes da esquerda armada refizeram o percurso e manifestaram sentimentos de negação ou autoafirmação dos valores daquele tempo, de modo especial, a autocrítica foi possível porque estavam imersos em novos projetos políticos.

O pensamento e a prática comunista são abordados a partir da experiência histórica do PCB, da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) e do PC do B entre 1961/1964, contextualizando suas ações.¹⁸ Segundo Reis Filho, o golpe de 64, embora antecipado e anunciado, causou perplexidade e eliminou utopias de parte dos militantes dos partidos e organizações da esquerda armada. Também estuda o início de uma fragmentação irreversível que levaria os comunistas à “utopia do impasse”, gestando derrotas e fracassos entre 1964/1968, explicada pela expectativa, nutrida pelas esquerdas, de que a ditadura não tinha condições históricas de governar o país, gerando desilusões das massas populares que logo perceberiam as debilidades do programa reformista dos militares e tenderiam a apoiar os revolucionários em sua posição radical de enfrentamento armado.

Ao defenderem projetos próprios de revolução, os comunistas se colocaram como vanguarda da classe operária e dos processos revolucionários, mas não sintonizados com o processo social. Após a derrota em 1964, iniciaram um processo de autocrítica, entretanto, não anularam os princípios vanguardistas, definidores do “estado-maior revolucionário”. As modificações de orientação política partiam de reflexões e motivações internas, mesmo com influências de modelos

¹⁶ Ibidem, 73.

¹⁷ Idem, 15.

¹⁸ Reis Filho cita três correntes que rejeitavam as referências comunistas: AP (Ação Popular), de origem e inspiração católica, fundada em 1963; o Movimento Nacionalista, cuja ala radical era liderada por Leonel Brizola; e as Ligas Camponesas, sob a liderança do deputado Francisco Julião.

revolucionários internacionais: “Os comunistas brasileiros liam as ‘orientações’ externas com o auxílio de ‘chaves’ próprias, para atender suas necessidades específicas”¹⁹. Orienta o seu trabalho a convicção de que as organizações comunistas “constituem quadros orgânicos destinados a submeter-se à hegemonia dos trabalhadores intelectuais de classe média”²⁰.

As razões da derrota não podem ser fundamentadas na tese do vanguardismo, comparativamente as vanguardas vitoriosas mundiais, existem mais semelhanças do que diferenças: “Eles teriam se preparado com rigor, enquanto estados-maiores (...) mas a revolução faltou ao encontro”²¹. O autor identifica uma revolução mundial em curso e argumenta que os comunistas brasileiros perderam o rumo da história ou não leram adequadamente o seu tempo, tempo esse repleto de possibilidades de reformas e revolução, mas internamente vivíamos os duros anos de repressão e a sociedade não se voltou contra a sua ditadura.

De fato, a forte inflexão política de 64 coloca uma sucessão de problemas a decifrar. Os próprios comunistas buscaram explicações para a derrota. Para o PCB, a responsabilidade cabia ao “esquerdismo”. Para as demais organizações, a cúpula do PCB sob a liderança de Luiz Carlos Prestes, optou pela passividade e não conduziu a resistência. A derrota gerou crescentes insatisfações no interior do PCB, dando origem à formação da Corrente Revolucionária com a participação de Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Jover Telles, Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira. Em 1965, Marighella defendeu o caminho da luta armada e organizou a ALN em 1967; Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender enfatizaram o trabalho de rearticulação do movimento social e de reorganização de um partido revolucionário, fundando o PCBR em 1968.

Os aspectos políticos são decisivos na compreensão da divisão das esquerdas: primeiro, com a derrota houve um desmoronamento de referências; segundo, os partidos existentes exaltavam suas próprias qualidades de forma individualizada; terceiro, o choque de gerações entre os “velhos” militantes das organizações e partidos comunistas, que haviam perdido seu carisma, e os “jovens” inexperientes com pouca capacidade de aglutinação e coesão. O cerco violento da repressão policial impôs novas estratégias de sobrevivência. Somado a esses aspectos, os comunistas não enxergaram a vitalidade e a capacidade de expansão do capitalismo brasileiro liderado pela tutela militar.

No plano externo, as grandes influências das revoluções cubana e chinesa rompendo com a estrutura do “partido”, consagrada pela tradição da Internacional Comunista, repercutiram no PCB, POLOP, PC do B e demais organizações e partidos existentes no pós-64. A morte de Che Guevara na Bolívia em 1967 colocou em questão a eficácia da teoria do foco, mas, na contramão da história, as guerrilhas urbanas cresceram no Brasil. O apaziguamento da Revolução Cultural na China não foi motivo de reflexão crítica, organizações de linha maoísta, principalmente o PC do B, continuavam acreditando na retórica “maoizante” e na “proletarização” dos seus militantes.

Reis Filho apresenta os principais postulados teóricos e práticos de coesão das organizações comunistas e as consequências decorrentes da adoção desses postulados. Os princípios norteadores das organizações comunistas advêm da concepção equivocada da inevitabilidade da revolução socialista de tradição marxista-leninista. A revolução seria uma lei natural, fora apenas retardada em 64, assim como a missão revolucionária do proletariado baseada nos princípios apregoados por Marx de que o mundo caminhava ‘necessariamente’ para a ditadura do proletariado. Depois de Marx, Lênin, Stálin, Mao e Che Guevara, Gramsci e Lukács, cada um ao seu modo contribuíram

¹⁹ Daniel A. Reis Filho. *A Revolução Faltou ao Encontro*, 1989, 18.

²⁰ *Ibidem*, 17.

²¹ *Idem*, 19.

para uma visão favorável da “missão proletária”.

Para as vanguardas de tradição marxista a revolução era objeto de um estudo científico, de uma previsão. Os comunistas constituíam uma vanguarda porque eram capazes de esclarecer, através do domínio teórico, a marcha do processo revolucionário com objetividade. As vanguardas detêm algo de grandioso, o “domínio do futuro”, pois são preparadas teoricamente para perceber o momento decisivo de eclosão do movimento revolucionário. Nasce daí a concepção de partido revolucionário de tradição leninista, aquele capaz de “acelerar em momentos de pausa, ou a frear o ‘trem’ da revolução em marcha”²². Considera que a adoção desses postulados de revolução, transformados em mitos, adquiriu uma importância chave na vida das organizações comunistas brasileiras, justificando sua própria personalidade orgânica. Ao identificar o processo de mistificação da revolução, indica a ambivalência de orientação no interior das organizações e a “síndrome da traição”, crença de que deixar a organização significava renunciar à revolução, como razões para o seu isolamento frente à sociedade que se pretendia transformar.

Nessa perspectiva teórica, os comunistas brasileiros não foram apenas vítimas da ditadura militar, formaram uma “contraelite” e pretendiam se fazer representar como dirigentes dos movimentos sociais, pois só eles detinham a teoria que organiza a revolução, desprezando, portanto, o trabalho de linha mais institucional, principalmente o jogo eleitoral. A democracia viria como um resultado inerente ao processo revolucionário em curso, sendo considerada uma questão menor e merecendo atenção subalterna: “as diversas organizações comunistas não escapariam de uma profunda subestimação da questão democrática”²³.

Colocando-se como vanguarda, os militantes perderam de vista a dinâmica social e histórica que apregoa a revolução como um processo social amplo: “resultado de convergências objetiva de movimentos sociais que se tornam incontroláveis política e militarmente”²⁴. Os comunistas brasileiros foram derrotados muito mais por suas semelhanças com partidos e organizações vitoriosas no plano internacional do que pelas diferenças que os separam. Ao negar o conceito de resistência, aposta no sentido da ofensiva revolucionária: “não existe nenhum documento dessas organizações em que elas se apresentassem como instrumentos da resistência democrática”²⁵.

Em estudo mais recente, observa que prevalece uma incômoda memória no Brasil: “da ditadura fez-se a democracia, como um parto sem dor, sem grandiloquência ou heroísmo, sem revoluções ou mortes d’homem... Cordialmente, macunaimicamente, brasileiroamente”²⁶. A natureza do argumento é para combater versões que sustentam a tese de que a sociedade precisa exorcizar a sua ditadura, apaziguar os conflitos, pois a vocação democrática é inerente ao povo brasileiro, que nada teve a ver com o regime de exceção instalado no país em 1964. Nessa reconstrução enaltecida da memória do “vencido” em 64, as esquerdas frequentemente aparecem como vítimas, ou no máximo, quando lutaram, o fizeram apenas para afrontar a ditadura militar. Reis Filho afirma que resistência tornou-se a palavra-chave para explicar a memória das esquerdas submetidas à ditadura, apagando o caráter de contraofensiva em que distintos projetos de revolução disputavam a cena política. Na fase mais “dura”, as esquerdas aprenderam e descobriram o sentido e o valor da democracia, já que a luta pela anistia contou com a participação de setores sociais mais amplos.²⁷

²² Daniel A. Reis Filho. *A Revolução Faltou ao Encontro*, 1989, 115.

²³ *Ibidem* 141.

²⁴ *Idem*, 186.

²⁵ Entrevista concedida a Elio Gaspari, *Jornal Folha de São Paulo*, p. A14, 23 setembro de 2001. Apud. RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. P. 55, 2004.

²⁶ Daniel A. Reis Filho. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. RJ. Zahar, 2000, 11.

²⁷ *Ibidem*, 8-9.

Diferenciando-se dessa perspectiva, Reis Filho menciona de forma positiva, uma memória dos vencidos presentes no misto de reportagem e pesquisa acadêmica empreendida por Jacob Gorender em *Combate nas Trevas* e Marcelo Ridenti em *O Fantasma da Revolução*: “Nos livros de Gorender & Ridenti não há meninos rebeldes, há projetos revolucionários, e, antes, e acima de tudo, há resistência de mulheres e homens que não se entregam. (...) O isolamento dos que foram liquidados pelo aparelho repressivo teria sido mais o resultado dos métodos que utilizaram (com os quais a sociedade não se solidarizou), do que da vontade de resistir à ditadura”²⁸. Em suma, as esquerdas não foram apenas vítimas, sendo problemática a ideia de conceber a sua luta desesperada como resistência democrática. “Não se tratava mais de morrer, mas de matar, pela revolução”²⁹. Ainda, alerta para a necessidade de se compreender os valores que animavam os esquerdistas nos anos 60, recuperando o processo de construção de uma identidade.

Reis Filho e Gorender realizaram investigação histórica em acervos, até então considerados inéditos nos anos oitenta, e criaram versões polêmicas que caracterizam o debate em torno de suas obras. Os dois sobreviveram à truculência do Estado Ditatorial, refletiram e contaram a sua história e a do país a contrapelo. Os julgamentos são rápidos e os argumentos quase sempre inovadores, servindo de balizas seguras para novas interpretações sobre o período. Seus escritos potencializam questionamentos de natureza argumentativa e criativa, fortalecendo o ponto de vista analítico, mas ressentem-se de uma de uma melhor consolidação e problematização com relação à materialidade das fontes.

Conceito de Resistência: Marcelo Ridenti

Marcelo Ridenti também pretendeu desmitificar a ação “heroica” dos guerrilheiros urbanos, utilizando-se do conceito de “romantismo revolucionário” para pensar “os fantasmas da revolução”³⁰. Seu trabalho aborda o engajamento dos intelectuais e dos estudantes nas organizações de esquerda armada, verificando suas imbricações políticas, culturais e psicológicas. Defende que a partir de 1971, as organizações armadas já estavam quase todas liquidadas, ou no limite, quase totalmente “marginalizadas”. Os “justiçamentos” e outros erros cometidos pelos grupos guerrilheiros urbanos transformaram-no em “terroristas”, ao mesmo tempo em que combatiam o “terrorismo” da ditadura. Aqui, já podemos identificar uma proximidade em termos interpretativos com o historiador, ex-dirigente comunista, Jacob Gorender. Os posicionamentos políticos dos dois estudiosos apontam para inquietudes com a representação dos trabalhadores enquanto classe no interior do partido político.

Adota o conceito de resistência para explicar a luta dos guerrilheiros, sem desconsiderar o aspecto mais radical, já que a intenção é desvendar a constituição da ideia de brasilidade revolucionária que não se efetivou enquanto projeto político. Admite que o termo resistência fora reivindicado e utilizado por algumas organizações, entre elas a ALN (Ação Libertadora Nacional), MR-8, (Movimento Revolucionário oito de Outubro), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária),

²⁸ Daniel A. Reis Filho. VERSÕES E FICCÇÕES: O Sequestro da História. Fundação Perseu Abramo, 1997,39-40.

²⁹ Ibidem, 1997,41.

³⁰ Marcelo Ridenti, nascido em São Paulo em 1959, Professor Titular da UNICAMP e Pesquisador do CNPq. Doutorou-se em sociologia na USP, onde se graduou em Ciências Sociais e Direito. É autor de vários livros e artigos, entre eles destacamos *Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*, Ed. Record; *Brasilidade Revolucionária, SP, Editora da UNESP, 2010; História do marxismo no Brasil, v. 5 e 6* (organizado em parceria com Daniel A. Reis Filho), Editora da UNICAMP, 2002. Além de vários outros trabalhos, artigos, capítulos de livros, organizações de obras coletivas, entre outros temas sempre relacionados à compreensão da política, cultura e sociedade contemporânea. Diferente de Gorender e Daniel que são testemunhas de sua época, Ridenti representa uma geração posterior que começou a produzir estudos acadêmicos sobre o tema, distanciando-se dos conflitos de memórias e imprimindo racionalidades na escrita de cunho sociológico.

MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes) e um pequeno grupo denominado REDE (Resistência Democrática). Defenderam a guerrilha como estratégia não somente de libertação, mas de resistência, parte do projeto de construção de uma sociedade socialista. Os documentos produzidos por tais organizações entre os anos de 1965 a 1971 contemplam o uso do conceito, incluindo o livro de 1965, *Por que resistir à prisão* de Carlos Marighella. Nele, o comunista conclama o povo brasileiro a enfrentar à ditadura, inconformado que estava com a ausência de resistência ao Golpe de 64. Além desse manuscrito, Marighella publicou em 1968 o documento “Chamamento ao Povo Brasileiro”, manifestando a convicção de que a guerrilha irromperia no interior de um movimento amplo de resistência.

Em 1971, um documento direcionado aos brasileiros no exterior, *La lutte armée au Brésil*, assinado por várias organizações, buscou entender o sentido da luta de resistência no Brasil. Apesar do uso do termo, a tônica geral do texto representava uma aposta na ofensiva revolucionária.³¹ Do mesmo modo, constitui outro exemplo, o Jornal com o título *Resistência*, produzido pelo MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), organização que contou, inclusive, com a participação do ex-guerrilheiro e historiador Daniel A. Reis Filho. Convicto de que a luta teve caráter mais de resistência do que de revolução, Ridenti indica que o termo democracia não é usual, e este é o ponto de inflexão mais problemático, já que a caracterização dessa experiência como resistência democrática é de difícil solução, limitada pela ausência de fontes.

Ao reivindicar o termo resistência, não implica em afirmar que tais grupos adotaram uma postura defensiva, mas no limite, apostaram nela, como etapa importante para alcançar o socialismo: “Pode se usar apropriadamente o termo resistência para essas esquerdas, pois sua luta importou mais pelo significado de combate à ditadura do que pelo intento de ofensiva revolucionária, mas pelo sentido defensivo, que ofensivo, ao contrário da intenção original dos agentes”³². Na prática, uniram-se ao campo opositor, caracterizados por divergências, por vezes, inconciliáveis, mas com o objetivo comum de por fim a ditadura.

Nas páginas finais do livro *O Fantasma da Revolução Brasileira*, analisa as contribuições de Reis Filho ao discutir a dinâmica interna das organizações comunistas e seus mecanismos de coesão interna de formas autônomas como “algo exterior e diferente da luta de classes”³³. Tais mecanismos são reveladores de sua “força”, porque estiveram sempre aptas a assumirem o papel de vanguardas revolucionárias, bem como de suas “fraquezas”, ao se distanciarem do processo social, encontrando-se em um determinado momento da história. Com tais argumentos, o autor de *A Revolução faltou ao encontro* pretendeu justificar que os comunistas não podem ser responsabilizados pela sua derrota: circunstâncias históricas determinaram o processo. Ainda, de acordo com Ridenti, a interpretação de Reis Filho difere frontalmente daquelas realizadas por setores da esquerda que realizaram a autocritica da luta armada, responsabilizando as vanguardas pela derrota política, considerando seus “erros” e “desvios”. Para Reis Filho, as derrotas devem-se aos mecanismos de coesão internas das próprias organizações semelhantes à de outros países, que, por outras circunstâncias, alcançaram a vitória.

As duas teses não são capazes de explicar as relações das “supostas vanguardas” com o “movimento contraditório do social”. As ideias de Reis Filho, não fornecem elementos para pensarmos a sintonia entre o “projeto histórico com vida própria” das organizações comunistas com o processo vivo da luta de classes. Embora reconheça que ela possa ocorrer, Daniel Reis

³¹ *La lutte armée au Brésil*. Paris, p.44, 12 de janeiro de 1971. Mimeografado Trecho citado “mais ou menos isolados da luta de resistência que se desenvolve atualmente no País”. Apud. Marcelo Ridenti, op.cit. p. 56.

³² Marcelo Ridenti. “Resistência e Mitificação da Resistência Armada contra a Ditadura”. IN REIS FILHO, Daniel A. RIDENTI, Marcelo e SÁ, Rodrigo Patto. (Orgs). *O Golpe e a Ditadura Militar. 40 anos depois. (1964-2994)*. Baurui, SP EDUSC, 2004, 57.

³³ Marcelo S. Ridenti. *O fantasma da Revolução Brasileira*. 1993, 256.

explica muito mais a dinâmica interna do que o movimento da sociedade no contexto dos anos sessenta. Ridenti questiona o perfil de vanguarda adotada por ele, centrado no estudo dos “princípios” e do “projeto histórico” das organizações à “espera que a revolução não faltasse ao encontro”³⁴. As organizações comunistas estiveram deslocadas do real processo da luta de classes, sem enraizamento na sociedade; algumas podendo até sobreviver em sociedades democráticas mais tolerantes, mas confinadas a serem eternamente seitas ou guetos sujeitos às cisões internas. No caso de regimes autoritários a tendência é a destruição destas que, isoladas, nunca estiveram em sintonia com a luta de classes. Esse processo conduziu à derrota e à dizimação das organizações da esquerda armada durante a ditadura, compreendendo que os elementos de coesão interna apontados por Daniel, impediram a sobrevivência dessas organizações tornando-as autodestrutivas ou desenraizadas socialmente.

De acordo com Ridenti, o ex-guerrilheiro constrói um “modelo de tipo ideal” para explicar as organizações comunistas distantes do real. Os elementos de coesão interna das organizações são aplicáveis aos modelos clássicos de partido marxista-leninista com forte influência stalinista, não podendo ser generalizado para outros grupos de esquerda das décadas de sessenta e setenta. Portanto, seu modelo pode ser considerado parcialmente válido para algumas organizações da esquerda armada, mas não para entender a dinâmica do engajamento de tantos jovens da geração libertária de 1968 na luta armada. Ridenti destaca a visão dos próprios militantes, entendendo que o centralismo e a rigidez das organizações eram justificáveis pelos riscos, exigindo cuidados e sacrifícios, no limite de da própria vida. Reis Filho, em entrevista concedida a Ridenti, assume que o centralismo era admitido por todos como medida de segurança, portanto, não era questionada a “taxa de democracia” que variava entre os grupos armados. Portanto, a disciplina espartana era considerada legítima e necessária naquela conjuntura.

O desejo em continuar polemizando com Reis Filho, pioneiro na crítica ao conceito de resistência como categoria analítica, levou Ridenti a produzir um texto, publicado em 2004, questionando os usos e adequação do termo resistência, designando experiências e propostas variadas dos grupos armados. O problema em foco visou examinar a mistificação da resistência armada no contexto de elaboração de uma determinada memória. Inicia o percurso investigativo, demarcando a ideologia da democracia, como reveladora de múltiplas interpretações dos que optaram em atribuir a retomada da democracia no Brasil, a luta heroica das esquerdas armadas. Esse aspecto é mistificador porque desconsideram o fato de que tais grupos nunca defenderam um retorno à democracia do pré-1964, nem concordaram plenamente com a opção pelo modelo de transição democrática no pós-ditadura. Ainda, desconsideram o fato de que organizações como o PCB e a AP, sempre foram críticos da luta armada. O PCB assumiu claramente um posicionamento contrário à luta armada, enquanto a AP propunha uma revolução armada, mas nunca levada à prática, porque dependeria do apoio das massas.

Por último, setores de esquerda comprometidos com a transição sem grandes rupturas, nos finais dos anos setenta, continuam apostando na hipótese de que se não houvesse o fechamento dos canais de expressão para oposição, o país não teria vivido o trauma das ações armadas. Nesse ponto, Ridenti concorda com Reis Filho, de que houve um apagamento da ofensiva revolucionária e a negação de que elas, de modo algum, estavam preparadas para a democracia. Nos dias atuais, para muitos, ainda prevalece à ideia de que a luta das esquerdas só teria legitimidade se fosse considerada parte da resistência democrática à ditadura. Ridenti compreende que para evitar tal confusão, o melhor é adotar só a categoria analítica da resistência, sem adjetivá-la com o termo democracia.

³⁴ *Ibidem*, 258.

Alguns que se recusaram a pensar as esquerdas armadas como resistência acabou contribuindo para uma incorporação política e ideológica dos seus argumentos por setores que visam ainda hoje isentar setores da sociedade civil de cumplicidade com a ditadura. Reis Filho observa que “a memória da sociedade tendeu a adquirir uma arquitetura simplificada: de um lado, a ditadura, um tempo de trevas, o predomínio da truculência, o reino da exceção, os chamados anos de chumbo. De outro lado, a nova república, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se em sua vocação democrática”³⁵. Sobre esse texto, em particular, Ridenti diz que o propósito desmistificador é pertinente à denúncia de uma suposta neutralidade de amplos setores sociais diante dos crimes da ditadura.

O problema foi à maneira pela qual tais interpretações foram recepcionadas, caminhando para um sentido totalmente oposto do pretendido pelo seu autor. Destaca a matéria do jornal O Globo, intitulada “Resistência Democrática, dogma que desaba”, baseada em trechos proferidos por estudiosos do período, participantes do Seminário sobre os 40 anos do golpe de 1964, realizado em março de 2004³⁶. Os autores da matéria elaboraram um discurso aparentemente neutro e objetivo, revelando duas interpretações que nenhum pesquisador concordaria, embora suas análises, descoladas de um contexto, forneceram elementos para esse tipo de construção ideológica. A conclusão do jornal é a de que não sendo a esquerda parte da resistência democrática, mas revolucionária, o golpe pode ser considerado legítimo e justificado frente à ameaça real de uma revolução comunista em curso. Até o AI-5 e a repressão que se seguiu passou a ser justificada como uma reação às esquerdas revolucionárias, tese defendida por uma memória militar que encontra espaço na imprensa para divulgar o seu ideário, caso do coronel Jarbas Passarinho, ex-ministro da ditadura e signatário do AI-5. Contudo, essa leitura permitiu isentar a sociedade civil, pois, democrática e desarmada, assistiu de fora ao confronto entre os “fanáticos” armados: militares adeptos da ditadura versus guerrilheiros comunistas. Todos antidemocráticos³⁷.

Além dele, foram revelados trechos da entrevista de Reis Filho em consonância com a historiadora Denise Rollemberg, de que a valorização da democracia pelas esquerdas só ocorreria em meados dos anos sessenta³⁸. Vale lembrar que a questão da democracia esteve muito forte no contexto da Guerra Fria anterior ao Golpe e os EUA justificou seu apoio aos golpistas em nome da democracia. Além disso, o debate sobre esquerdas e democracia tomou fôlego no momento crucial de nossa chamada transição democrática: a eleição e posterior funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte (1988):

A frase do próprio Ridenti de que “o termo resistência só pode ser usado se for descolado do adjetivo democrático” foi retirada do contexto original para adquirir um conteúdo enviesado.

³⁵ Daniel A. Reis Filho. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. RJ. Zahar, 2000, 7-8.

³⁶ Aydano André Mota; Chico Otavio; Cláudia Lamego. “*Resistência Democrática, dogma que desaba*”. O Globo, Rio de Janeiro, p. A-8, 29 mar. 2004. Seminário 40 Anos do golpe militar: 1964-2004. CPDOC/FGV, APERJ, UFRJ, UFF, Rio de Janeiro/Niterói, 22-26 mar. 2004. Apud Marcelo Ridenti. op. cit. P. 61.

³⁷ Não por acaso, esta matéria do jornal *O Globo* foi imediatamente reproduzidas em sites de direita, patrocinados especialmente pelo Exército, destacando uma suposta neutralidade na análise. Trechos de obras e entrevistas de Daniel A. Reis Filho e Jacob Gorender são largamente referenciados nesses sites e demais escritos de militares. O propósito de igualar as duas violências e assim justificar como legítima o combate a “guerra interna”.

³⁸ Importante mencionar o impacto no seio das esquerdas do artigo de Carlos Nelson Coutinho, “*A Democracia como valor universal*”, publicado em *Encontros com a Civilização Brasileira*, RJ, Ed. Civiliz. Bras. No. 9, 1979. Debate recuperado por Marco Aurélio Garcia, durante Conferência proferida na UFBA em 14/12/2012, afirmando que Coutinho introduziu o tema no Brasil, no momento em que as esquerdas não estavam sensíveis a essa questão. Por esta razão, a discussão do artigo foi prejudicada e ele foi bastante criticado. Contudo, o artigo revolucionou a historiografia da esquerda brasileira, repondo o marxismo no debate das ideias, pois é preciso compreender que o marxismo nunca foi hostil à democracia, referenciado por Marx na frase: “O Enigma da Democracia”. A bem dizer, o intelectual foi rotulado de reformista e Coutinho passou a ser negado em seu tempo, tal era a dificuldade das esquerdas em pensar o referencial da democracia. No entanto, ele prosseguiu defendendo que a democracia liberal tinha um valor importante na luta contra a ditadura.

Para comprovar a tese da violação das esquerdas tomaram a declaração do historiador Carlos Fico: “os confrontos armados eram uma disputa sangrenta entre duas elites – o povo ficava de fora, assistindo a sobressaltos” e destacaram-na fora do contexto em que foi dito. O jornal procurou ouvir o outro lado, entrevistando o sociólogo João Quartim de Moraes que defendeu a ideia da resistência democrática como categoria aceita para explicar no pós-64 a continuidade da luta pelas reformas de base, herança do governo janguista. Ridenti questiona Quartim e propõe que após o golpe, as esquerdas apostaram mais na revolução do que nas reformas.

Em suma, na interpretação de Ridenti, o termo revolução é o mais exato para pensarmos os anos sessenta pós-golpe, mas não é suficiente para explicar a complexidade das ações e reações das esquerdas armadas a posteriori. Ao argumentar nesse sentido, o sociólogo não consegue formular hipóteses que sustentem a aplicação do termo democracia às esquerdas revolucionárias. Ao que parece, a opção por não adjetivar o termo resistência resvalou em dificuldades documentais, além da difícil tarefa de sistematizar a intrincada discussão do que seria democracia para as esquerdas.

Revolução & Resistência: Uma interlocução possível entre eles.

O artigo buscou argumentar que o cerne da polêmica consiste em pensar o conceito de resistência em oposição ao de revolução, ou de resistência como parte do processo revolucionário. O termo resistência surgiu no contexto europeu da Segunda Guerra Mundial e serviu para sustentar a luta de todos os movimentos de oposição à ocupação nazifascista. A estratégia dos comunistas no plano mundial compreenderia a defesa de alianças com partidos burgueses e a resistência podia contemplar a construção de uma sociedade socialista, embora julgasse mais primordial, naquele contexto, a luta pela libertação.

A ideia de oposição e não de revolução caracteriza o conceito como explicativo de uma reação, algo defensivo e não ofensivo. De acordo com a propriedade do termo, podemos afirmar que Gorender e Ridenti assumem o seu uso para designar o combate à ditadura realizada tanto pelos grupos armados quanto pela esquerda que não pegou em armas. O sociólogo apoia suas reflexões nas constatações de Jacob Gorender, ao analisar a ambiguidade entre a necessidade de manter a luta pela sobrevivência e o desespero autodestrutivo dessas organizações. Ridenti aproxima-se da perspectiva de análise de Jacob Gorender e identifica, nas condições sociais adversas de crescimento econômico e no acirramento da repressão, a tendência do desaparecimento dos grupos armados, “já desenraizados e marginalizados socialmente”³⁹. Gorender afirma que o dilaceramento ocorreu também no interior dos grupos, cortados por cisões e “justiçamentos”, reveladores do clima de insegurança que caracterizou a “síndrome de traição”, gerando “atos incontroláveis e desconexos”.

Gorender realizou uma reflexão sobre os “fracassos” da esquerda armada naqueles anos, deixando bastante evidente que a violência do opressor não é a mesma violência dos oprimidos. Os “erros” dos grupos armados são analisados no bojo da dinâmica de uma conjuntura coercitiva que levou à sua desestruturação e ao seu desmantelamento. A questão ainda a considerar é o emprego da noção de violência como categoria analítica apropriada para pensarmos o projeto e a prática política desses grupos. Gorender, Reis Filho e Ridenti convergem no entendimento de que as esquerdas não foram vítimas passivas da ditadura, tampouco praticaram a violência revolucionária, recurso justificável em condições históricas favoráveis. Contudo, para Gorender e Ridenti, prevaleceu o ideal de “imersão geral na luta armada”, abandono do trabalho com as massas, espécie de resistência retardada ao golpe de 64. A consequência dessa tomada de posição

³⁹ Marcelo S. Ridenti. *O fantasma da Revolução Brasileira*. 1993, 264.

só podia ser a derrota.

Em contrapartida, Reis Filho parece valorizar demais o projeto de revolução e suas variadas propostas, talvez porque fez parte dele como líder de uma das organizações. Assim, compreende que os “erros” e “acertos” devem ser evidenciados, mas sem perder de vista à inspiração mobilizadora daquelas organizações em mudar o mundo. Ao verticalizar muito a análise, confere as organizações armadas um grau de autonomia, distantes e descoladas da sociedade brasileira. Estiveram mais atinadas com a dinâmica mundial e é esta, e não aquela é a chave para compreender o modo como se colocaram. A ideia força é a adoção do conceito de revolução em oposição ao de resistência, perdendo com isso, referenciais mais amplos de articulação entre a experiência do PCB, ORM-POLOP e PC do B, com o conjunto da esquerda que não pegou em armas. Afirma que o termo resistência só seria apropriado para designar a esquerda católica, movimentos liberais e nacionalistas, de classe e até mesmo o PCB, ao defender a constituição de uma frente ampla de combate à ditadura.

Gorender e Ridenti, ao optarem pelo uso do termo resistência, não deixaram de situá-lo como inerente ao processo revolucionário, articulando-o com a dinâmica política e social mais ampla de oposição à ditadura. Ridenti aposta numa sociedade democrática, elaborando uma crítica mais aguçada e mordaz com relação aos grupos armados. Reis Filho foi dirigente de uma das organizações comunistas, a DI-G, transformada depois em MR-8, participou de ações armadas e planejou, junto com outros militantes, o sequestro do embaixador americano. Ao exercitar a memória nos seus escritos, estabelece significações na tentativa de compreender o “ethos” das organizações comunistas brasileiras, “contraelite”. Seu trabalho não expressa uma pretensão do modelo analítico, anunciado por Ridenti, generalizado para todas as organizações de esquerda. O aspecto autônomo é apenas uma “brecha”, aberta por Reis Filho, para compreender a singularidade do PCB, a ORM-POLOP e o PC do B, seus erros e acertos políticos.

Ao tematizar a presença e a evocação dos diferentes discursos, defendemos o argumento de que os projetos das organizações armadas seguiram uma tradição revolucionária mundial e brasileira, variando apenas o caminho a ser seguido. No entanto, os avanços e rupturas, provocadas por elas, não foram suficientes para atomizar a Ditadura Civil-Militar ou Militar-Civil, como defende Ridenti⁴⁰, destinada a inaugurar uma nova sociedade. A violência praticada e os erros cometidos ainda não foram devidamente mensurados. Ademais, o conceito de resistência estende-se a um leque mais amplo, esquerdas armadas ou não, ocasionando, mas tarde, o difícil aprendizado da democracia.

Campo de memórias conflitantes, englobando lutas sociais e políticas do presente, que influenciam o saber historiográfico e o recepciona a cada nova onda memorialística, o que parece ser de difícil compreensão para todos eles, é a questão da democracia. Existe uma dificuldade real em afirmá-la como parte do processo de luta da esquerda armada, porque havia uma negação do valor da democracia como algo a ser considerando naquele contexto. O elemento democrático, problematizado e destacado no contexto de transição dos anos oitenta, serviu de baliza para crítica e autocritica da experiência passada, imprimindo a valorização da luta armada como resistência democrática e não mais como revolução.

Diante disso, cabe ainda perguntarmos sobre os sentidos da democracia? Trata-se de duas

⁴⁰ A defesa dessa nomenclatura para caracterizar o regime é defendida por Ridenti no Posfácio da 2ª. Edição revista e ampliada de *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, Ed.da UNESP, 2010. p. 289. Neste posfácio não existe nenhuma ideia discordante da abordagem das esquerdas realizadas com a primeira edição da obra em 1993, edição utilizada nesse artigo como matriz de análise. Na página 288, Ridenti reforça as suas divergências interpretativas com Reis Filho, não obstante o fato de que realizaram alguns projetos comuns, resultando em coletâneas organizadas sobre a história das esquerdas e da ditadura. (Reis; Ridenti, 2002; 2007; Motta; Reis; Ridenti, 2004).

concepções conflitantes que moldaram imaginários antes e depois da ditadura? Estamos nos referindo à afirmação da democracia popular, revolucionária que permite talvez inserir as esquerdas armadas na frente de resistência democrática ou, ainda, a adoção da noção de democracia burguesa, restrita ou ampliada, defendida pelas oposições mais conservadoras e reformistas. O debate ideológico permanece no campo de memórias e perspectivas historiográficas opostas. A justa medida ou não do conceito para designá-las, oscila entre considerar as esquerdas armadas como antidemocráticas, e a oposição geral contra a ditadura como democráticas, dispostas a não acirrar os conflitos com o passado. Tal assertiva, se verdadeira, contribui para o sentimento de frustração da sociedade brasileira que ainda não foi capaz de promover a ruptura e acertar as contas com esse passado. De uma perspectiva crítica, é inegável que na luta ideológica do pré e pós-64, intelectuais e partidos de esquerda, não estavam prisioneiros do discurso da democracia liberal, apostaram mais na revolução ou, simplesmente, não elaboraram reflexões mais profundas sobre os temas da democracia e do socialismo.

No apreço a verdade, podemos concluir que esta memória transvertida em mistificação e de acordo com o interesse político do presente, tornou-se responsável por reduzir a compreensão das violências e das tensões, expondo somente o conflito mais evidente entre “opressor” versus “oprimido”. Assim, a reconstrução memorialística desconsidera ainda hoje, as permanências do autoritarismo na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo em que condena os militares com “escárnio”, “desprezo” e “indiferença” versus a bravura dos “jovens rebeldes”, não contribui para a construção de uma memória pública que responsabilize os agentes mais diretos da repressão. Por parte das esquerdas, poderíamos levantar a hipótese de que talvez subsista uma memória frustrada, o passado não gerou rupturas, tampouco se avaliou devidamente a violência praticada por elas. Permanece o desafio histórico de voltarmos a compreender a tão sonhada Revolução Brasileira, parte do movimento de apagamento da memória no presente.